



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.287, DE 2025

(Do Sr. Raimundo Santos)

Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que “dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios” a fim de acrescentar o Art. 176-A para priorizar a concessão de isenção a estabelecimentos dedicados à produção e ao fornecimento de alimentos, incluídos alimentos in natura, produtos industrializados e refeições prontas para o consumo, abrangendo os estabelecimentos descritos no §1º do art. 1º da Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E
FAMÍLIA;
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Raimundo Santos – PSD/PA

PROJETO DE LEI Nº _____, de 2025
(Do Sr. Raimundo Santos)

Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que “dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios” a fim de acrescentar o Art. 176-A para priorizar a concessão de isenção a estabelecimentos dedicados à produção e ao fornecimento de alimentos, incluídos alimentos in natura, produtos industrializados e refeições prontas para o consumo, abrangendo os estabelecimentos descritos no §1º do art. 1º da Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) passa a vigorar acrescida do seguinte art. 176-A:

“Art. 176-A. Para efeito de concessão da isenção prevista no caput do art. 176, será atribuída prioridade aos estabelecimentos dedicados à produção e ao fornecimento de alimentos, incluídos alimentos in natura, produtos industrializados e refeições prontas para o consumo, abrangendo aqueles descritos no §1º do art. 1º da Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A proposta legislativa que ora apresento tem por objetivo buscar soluções para minimizar ao máximo o desperdício de alimentos, uma vez que é de





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Raimundo Santos – PSD/PA

Apresentação: 13/05/2025 20:34:00.487 - Mesa

PL n.2287/2025

conhecimento público que diversos estabelecimentos, a exemplo de supermercados e restaurantes, evitam doar alimentos excedentes.

Embora a Lei nº 14.016/2020 tenha sido um avanço para facilitar a doação de alimentos no Brasil, ainda existem entraves e desafios persistentes que dificultam a aplicação prática dessa legislação.

Alguns dos principais obstáculos são a falta de incentivo para que supermercados e restaurantes priorizem a doação em vez do descarte, e a ausência de benefícios fiscais diretos para empresas que doam alimentos, o que reduz o estímulo para grandes varejistas e indústrias realizarem doações regulares.

Por isso é de extrema importância fomentar políticas públicas voltadas à segurança alimentar, ao combate do desperdício de alimentos e ao fortalecimento das cadeias produtivas que garantem o acesso da população à alimentação adequada e saudável.

Ao propor a inclusão do art. 176-A na Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), pretende-se estabelecer prioridade na concessão de isenção tributária aos estabelecimentos dedicados à produção e fornecimento de alimentos, abrangendo desde os alimentos in natura até os produtos industrializados e refeições prontas para o consumo, conforme o rol estabelecido no §1º do art. 1º da Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020, que trata do combate ao desperdício de alimentos e da doação de excedentes para o consumo humano.

O incentivo fiscal previsto neste projeto se alinha ao princípio da dignidade da pessoa humana e a cidadania, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, sendo uma necessidade urgente da sociedade brasileira: garantir a segurança alimentar e nutricional de milhões de cidadãos, sobretudo os que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Trata-se, portanto, de um projeto de caráter fiscal, social e humanitário que busca minimizar perdas e promover justiça social.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Raimundo Santos – PSD/PA

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares desta Casa para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 2025.

Deputado RAIMUNDO SANTOS

PSD-PA

Apresentação: 13/05/2025 20:34:00.487 - Mesa

PL n.2287/2025





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:196610-25:5172
LEI Nº 14.016, DE 23 DE JUNHO DE 2020	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:202006-23:14016

FIM DO DOCUMENTO